

4. FILHO, Ives Gandra da Silva Martins: “A Justiça do Trabalho do ano 2000: As leis 9.756/98, 9.957 e 9.958/00, a emenda constitucional 24/99 e a reforma do judiciário”, texto extraído do site “<http://www.jus.com.br>”, acessado em 28/12/2000.

5. FONSECA, Vicente José Malheiros da: “Comissões de Conciliação Prévia”, texto extraído do site “<http://www.vicentemalheiros.cjb.net>”, acessado em 15/10/2000.

6. KALYBATAS, Carlos Augusto Galan : “Leis institucionais pretendem desprestigiar a justiça do trabalho”, texto extraído do site “<http://www.jus.com.br>”, acessado em 07/01/2001.

7. MARTINS, Sérgio Pinto: “Comissões de Conciliação” Prévia. Rio de Janeiro”, Repositório IOB de Jurisprudência, nº 4/2000, caderno 2, p. 65-68.

8. NASCIMENTO, Amauri Mascaro: “Comissões de Conciliação Prévia II. Procedimento sumaríssimo”, Repositório IOB de Jurisprudência, nº 07/ 2000, caderno 2, p.131-133.

9. NASCIMENTO, Amauri C. Mascaro: “Arbitragem e as Comissões de Conciliação Prévia”, Síntese Trabalhista, nº 136, p.7-16.

10. NETO, Francisco Ferreira Jorge: “Lei 9958/00:Comissões de conciliação prévia na justiça do trabalho”, texto extraído do site “<http://www.jus.com.br>”, acessado em 02/01/2001.

11. PINTO, Almir Pazzianoto: “Comissões de conciliação prévia e arbitragem”, Síntese Trabalhista, nº 136, p.5-6.

12. SILVA, Marcelo Ribeiro: “Comissões de Conciliação Prévia: Breves Comentários à Lei n. 9.958/2000”, Repositório IOB de Jurisprudência. nº 10/ 2000, caderno 2, p. 18- 1866.

13. ROMITA, Arion Sayão: “Inovações no Processo do Trabalho”, Síntese Trabalhista, nº 133, p.125-140.

## **AGRAVO DE INSTRUMENTO, SEUS PROCEDIMENTOS E PROCESSAMENTO NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS**

**José Eduardo Cavalcanti de Melo (\*)**

O objetivo desse trabalho é analisar, sem a mínima pretensão de esgotar a matéria, mas, apenas com o afã de contribuir minimamente para o debate doutrinário, apresentando as principais mudanças que a lei trouxe, bem como as vantagens e as desvantagens para a nova sistemática processual do recurso denominado AGRAVO DE INSTRUMENTO, e seus procedimentos e processamento nos Tribunais Brasileiros.

### **INTRODUÇÃO**

Em 01.12 95, foi publicada na imprensa oficial a Lei Federal 9.139, de 30.11.1995, que modificou substancialmente o recurso de Agravo de Instrumento no Processo Civil. A Lei, começou a vigor a partir do dia 31 de janeiro de 1996.

#### **DEFINIÇÃO - CABIMENTO**

**1-) Definição:** O agravo é o recurso cabível de toda e qualquer decisão interlocutória proferida no processo civil, salvo se houver disposição expressa do legislador em sentido contrário.

Decisão interlocutória: é todo e qualquer pronunciamento do juiz proferido no curso do procedimento e, normalmente, antes da sentença e que pode ter por objeto variados assuntos, menos aqueles de que tratam os artigos 267 e 269 do CPC, pois, se assim fosse, estar-se-ia diante de uma sentença, sendo, portanto, apelável.

**2-) Cabimento:** o recurso de Agravo de Instrumento no Processo Civil sempre teve o escopo impugnatório de decisões interlocutórias cometedoras de cerceaduras de direitos. E isso é exatamente o que o novo art. 522 do CPC, com redação determinada pela Lei 9.139/95, expressamente salienta: "Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, retido nos autos ou por instrumento". Entrementes, é auspicioso notar que esse recurso não serve apenas para impugnar decisões interlocutórias, pois que é remédio juris recursal encarregado de insurgir-se contra "decisão denegatória" de recurso, verbí gratia o de apelação, que na minha ótica não é considerada decisão interlocutória.

(\*) José Eduardo Cavalcanti de Melo é serventuário concursado da Justiça do Trabalho - TRT 13ª Região, Bacharel em Direito pela Universidade de João Pessoa (UNIPÊ), e possui Especialização em Direito Processual Civil pela UNIVERSIDADE POTIGUAR.

Pela sistemática anterior, havia uma certa confusão, haja vista que o artigo revogado estipulava que, com exceção dos despachos e das sentenças, as decisões proferidas no processo seriam impugnáveis via agravo de instrumento, a despeito de, no § 1º do mesmo artigo, permitir que o agravante pudesse requerer que o agravo ficasse retido nos autos.

Ora, o Agravo de Instrumento se origina através de peças trasladadas que formará um instrumento apartado, enquanto que o Agravo Retido é uma simples petição inserida no bojo dos autos. Como havia de falar que as decisões interlocutórias seriam impugnáveis através de Agravo de Instrumento, e ao mesmo tempo permitir que esse Agravo de Instrumento pudesse ficar retido nos autos? A confusão era manifesta.

Constata-se, de forma veemente, que o artigo anterior confundia, sobremaneira, já que não havia de forma clara a distinção entre o Agravo de Instrumento e o Agravo Retido.

Hoje, felizmente, o didatismo do art. 522, com redação determinada pela Lei 9.139/95, distingue de forma clara o Agravo de Instrumento do Agravo Retido nos autos, ambos espécies do gênero Agravo.

### **3-) Tipos de decisões interlocutórias**

- a) quando o Juiz defere ou indefere provas;
- b) afasta arguições de nulidades relativas e absolutas;
- c) concede ou nega pedidos de liminares (em ações cautelares, em procedimentos especiais, de antecipação de tutela, etc);
- d) acolhe arguições de determinados vícios sanáveis e determina que sejam sanados;
- e) recebe recurso e declara em que efeitos está sendo recebido

Obs.: este último item é aplicado especificamente ao direito trabalhista, pois neste remo de Justiça Especializado, o agravo de instrumento é utilizado para destrancar recurso ordinário ou agravo de petição

3.1-) Não cabe agravo de instrumento contra pronunciamentos do Juiz sem conteúdo decisório (despachos de mero expediente, na dicção do artigo 504 do CPC)

### **4-) Procedimento em primeiro grau de jurisdição**

O recurso de Agravo de Instrumento deverá ser dirigido diretamente ao Tribunal competente, através de petição (caput do artigo 524 do CPC com redação determinada pela Lei 9.139/95). É exceção a regra insculpida no parágrafo único do art. 506 do CPC, frisante: "... a petição será protocolada em cartório ou segundo a norma de organização judiciária, ressalvado o disposto no art. 524".

A petição do Agravo deverá ser protocolada no tribunal, postada no correio com aviso de recebimento, ou interposta por qualquer outra forma prevista na lei local (§ 2º do citado art. 524).

Observe-se que, além do fato de o Agravo ser dirigido diretamente ao Tribunal, algo imensamente salutar favorável à celeridade processual, este pode ser apresentado diretamente no tribunal, ou postado em qualquer agência do correio dentro do prazo, desde que postado com aviso de recebimento, ou ainda interposta por forma diversa, desde que prevista na lei local.

No pertinente à interposição postada no correio, esta se faz necessária, porquanto, nos casos em que o agravante resida em comarcas ou cidades no interior do Estado, este não poderá se deslocar até a sede do tribunal, que de regra está situado nas capitais, para interpor o recurso, pois muito dispendioso. Por outro lado, a interposição perante as agências dos correios, já que todas as cidades possuem uma agência, facilita em muito a vida dos advogados, além de evitar a preclusão temporal e deslocamentos desnecessários.

No concernente à interposição por formas diversas com previsibilidade na lei local, estamos que a maioria dos tribunais deverá expedir resoluções no sentido de se admitir que, em caso de comarcas e cidades do interior, o agravo possa ser interposto no cartório daquele local, para evitar a preclusão temporal, ou permitir, como de fato a jurisprudência já vem permitindo, a interposição via fac-símile. Isso vale tanto para o Processo Civil quanto para o Processo Trabalhista, pois que a nova sistemática do CPC imposta pela Lei 9.139/95, no atinente ao procedimento, repercutiu *in totum* no Direito Processual Trabalhista.

A petição do Agravo de Instrumento deverá observar os seguintes requisitos: exposição do fato e do direito; as razões do pedido de reforma da decisão; o nome e o endereço completo dos advogados, constantes do processo (incisos I, II e III do art. 524 do CPC, com redação atribuída pela Lei 9.139/95).

Observem os leitores, que os incisos I e II do novo preceptivo repetiram os incisos de igual número do artigo anterior. Apenas o inciso III recebeu novo enunciado, uma vez que o anterior exigia a indicação das peças do processo que deviam ser trasladadas, enquanto que o atual exige o nome e o endereço completo dos advogados constantes do processo. A mudança ocorreu em virtude de que as partes, agravante e agravada, serão intimadas através de seus advogados, via ofício enviado pelo correio, e, para tanto, o nome e o endereço completo de seus patronos se fazem essenciais. Registre-se que, pela sistemática anterior, o agravado era intimado pessoalmente. Tal fato não mais ocorrerá. No Processo Trabalhista, como não há falar em *jus postulandi* em grau de recurso, a nova sistemática foi recepcionada por aquele processo.

A petição do Agravo de Instrumento deverá, obrigatoriamente, ser instruída com "cópias da decisão agravada", que no caso do Processo Trabalhista se restringe ao despacho trancatório do recurso, com certidão da intimação da decisão agravada, e cópia das procurações outorgadas aos advogados do Agravante, e outras peças que o Agravante julgue essenciais juntar (incisos I e II do art. 525, com redação dada pela Lei 9.139/95).

Em se tratando de Processo Trabalhista, como já foi vaticinado anteriormente, a inexistência do *jus postulandi* em grau de recurso, estamos que se faz também necessária a juntada da procuração pelo advogado Agravante, mesmo se o advogado for detentor de mandato *apud acta*), o instrumento expresso tem que ser anexado, porquanto o processo não sobe à segunda instância, mas apenas o Agravo formado através de instrumento interposto diretamente no Tribunal.

No Processo Civil, deverá vir acompanhando a petição do Recurso de Agravo o comprovante do pagamento das custas do Agravo e do porte de retorno, este último se existente, consoante tabela expedida pelos Tribunais (§ 1º do art. 525, conferido pela Lei 9.139/95).

Na área processual trabalhista, o porte de retorno e as custas do Agravo inexistem. O primeiro porque é bancado pela União; a segunda haja vista que já foram pagas por ocasião da apresentação do recurso denegado. O pagamento das custas em sede de Agravo se faz de precisão, apenas, em caso de trancamento de recurso em face de ausência do pagamento de custas arbitradas na sentença ou no acórdão, e desde que

na petição do Agravo seja apresentada profunda justificação pelo não-pagamento das mesmas.

No caso de Agravo de Instrumento apresentado para impugnar decisão denegatória de Recurso Extraordinário, as peças necessárias a serem trasladadas são: cópia do acórdão recorrido; da petição de interposição do recurso denegado; das contra-razões; da decisão agravada; da certidão da respectiva intimação; e das procurações outorgadas aos advogados do Agravante e do Agravado (§ 1º do art. 544 do CPC, utilizado subsidiariamente no Processo Trabalhista).

Recebido o Agravo de Instrumento no Tribunal, o relator poderá: 1) requisitar quaisquer informações ao juiz da causa, que deverá prestá-las no prazo máximo de 10 (dez) dias; 2) atribuir efeito suspensivo ao agravo "nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação". Ademais, é dever do relator do Agravo: 1) *"intimar o agravado, na mesma oportunidade, por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento, para que responda no prazo de 10 (dez) dias, facultando-lhe juntar cópias das peças que entender conveniente"*. A intimação será feita através do órgão oficial nas comarcas-sede de tribunal; 2) deverá mandar ouvir o Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, quando necessário (art. 527, incisos I, II, III e IV, c/c art. 558 do CPC, com redação determinada pela Lei 9.139/95).

É importante asseverar que em sede de Processo Trabalhista, da mesma forma, os incisos I, III e IV são recepcionados por aquele processo. Noutro falar, em se tratando de Agravo de Instrumento interposto no Processo Trabalhista, o relator poderá requisitar informações ao juiz da causa, e deverá intimar o Agravado via postal para que responda ao agravo no prazo de 10 (dez) dias, e, após estas providências, enviará o Instrumento ao Ministério Público do Trabalho para que se manifeste, se houver interesse público.

De bom alvitre sublinhar que, tanto no Processo Civil quanto no Processo Trabalhista, o Agravado apresentará as contra-razões ao agravo diretamente no tribunal ou através do correio com aviso de recebimento, ou, ainda, por qualquer outra forma prevista na organização judiciária de cada tribunal (parágrafo único do art. 527 c/c § 2º do art. 525 do CPC, em face do Enunciado atribuído pela Lei 9.139/95).

Digno de menção é que, tanto no Processo Civil quanto no Trabalhista, em sendo apresentado o Agravo de Instrumento no Tribunal, o Agravante, no prazo máximo de 3 (três) dias, poderá requerer seja juntado aos autos do processo cópia da petição do agravo, juntamente com o comprovante de sua interposição tempestiva, além da relação dos documentos instrutórios desse recurso (art. 526 com termos atribuídos pela Lei 9.139/95).

Estamos que o próprio Agravante, às suas expensas, deverá tirar cópias do recurso apresentado e dos documentos trasladados, bem como do comprovante de que este foi interposto oportuno tempore, e num prazo nunca superior a 3 (três) dias de sua apresentação perante o tribunal ou perante uma das agências dos correios, apresentar perante o cartório da vara ou perante a secretaria da Vara Trabalhista através de petição

requerendo sua juntada aos autos solicitando ao juiz do feito a retratação ou reconsideração da decisão.

Este é exatamente o objetivo da apresentação da cópia do agravo, juntamente com cópia dos documentos e do comprovante de sua interposição tempestiva, o de que o juízo a quo exerça o chamado juízo de retratação ou reconsideração, que será objeto de apreciação em tópico específico.

Se o juízo a quo objetivar a reconsideração e comunicar ao tribunal, o agravo restará sem objeto. "Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo" (art. 529 do CPC posto pela Lei 9.139/95).

#### **4-1) Efeitos**

No Processo Civil, tanto pelo sistema anterior, quanto pelo atual, é regra que a interposição do Agravo de Instrumento tem efeito meramente devolutivo.

A conclusão é extraída da interpretação gramatical do artigo 497 do CPC: "... a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo...". A única exceção é a ressalva prevista no artigo art. 558, caso em que poderá ser atribuído efeito suspensivo pelo relator.

Doutra parte, no Processo Trabalhista, refletindo o princípio basilar que informa o sistema dos recursos trabalhistas previsto no art. 899 da CLT, o Agravo de Instrumento não possui efeito suspensivo, mas meramente devolutivo.

Ressalte-se que antes da publicação da Lei 8.432, de 11.06.1992, era permitido ao juiz sobrestar o andamento do feito até o julgamento do agravo, sempre que reputasse aconselhável. Hoje, não é mais possível. Atualmente, os únicos recursos trabalhistas a que se pode atribuir o efeito suspensivo são o Recurso de Revista (parte final do § 2º do art. 896 da CLT) e o Recurso Ordinário interposto de Sentença Normativa (art. 14 da MP 1.053/95, já reeditada).

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR comenta que os efeitos do agravo, limitam-se ao efeito devolutivo, conforme previsão contida no artigo 497 do CPC. Entretanto, o efeito suspensivo poderá, em determinados casos, ser concedido pelo Relator, para eliminar o risco de danos sérios e de reparação problemática. A proposto, o artigo 558 do CPC, com a redação da Lei 9.139/95, prevê que, a requerimento do agravante, será possível a suspensão do cumprimento da decisão agravada até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara, mediante decisão do relator.

#### **5-) Procedimento em segundo grau de jurisdição**

Após a distribuição, os autos do agravo serão imediatamente conclusos ao relator sorteado, que poderá requisitar informações ao Juiz de 1º grau que prolatou a decisão que está sendo impugnada. Pode, como já dito anteriormente, e havendo requerimento da parte, e existentes os demais pressupostos, ser imprimido efeito suspensivo ao agravo, o que significa dizer que a decisão recorrida não produza efeitos enquanto estiver tramitando o agravo.

Em prazo não superior a 30 (trinta) dias da intimação do agravo, o relator pedirá dia para julgamento (art. 528 do CPC, com a redação conferida pela Lei 9.139/95).

O preceptivo retromencionado dá margem a interpretações disformes. A primeira interpretação que se chega é que o relator tem o prazo de 30 (trinta) dias da intimação do agravado para colocar o recurso em pauta e publicar a data do julgamento. Isso não implica que o agravo deverá ser julgado no prazo de 30 (trinta) dias da intimação do agravado, mas apenas colocado em pauta. A outra interpretação, que na nossa ótica é a mais consentânea com o espírito da nova lei e o intuito do legislador, é que o relator deverá colocar o processo para ser julgado pela turma ou câmara num prazo nunca superior a 30 (trinta) dias da intimação do agravado.

Isso significa asseverar que, intimado o agravado para responder em 10 (dez) dias, se no Processo Civil, e em 8 (oito) dias, em se tratando de Processo Trabalhista, da intimação, com apresentação de contra-razões ou não, o agravo deverá ser julgado num prazo nunca superior a 30 (trinta) dias.

Louvável a preocupação do legislador com a celeridade processual, porém, em se tratando de Processo Trabalhista, como necessariamente o recurso de agravo tem que ser enviado ao Ministério Público do Trabalho para que um de seus membros se manifeste, o tempo previsto na lei está longe de ser recepcionado por esse sistema processual. É que o agravado é intimado para se manifestar em 8 (oito) dias. Após a manifestação, o processo gasta pelo menos mais 10 (dez) dias de trâmite administrativo para chegar ao Ministério Público do Trabalho. Chegando lá, tem o procurador, após a distribuição, o prazo de 8 (oito) dias para se pronunciar (art. 5º da Lei nº 5.584/70). Até retornar ao Tribunal do Trabalho, os trinta dias previstos no art. 528 do CPC já se esgotaram. Logo, em campo trabalhista, não vislumbramos a possibilidade do julgamento do agravo no prazo de 30 (trinta) dias da intimação do agravado.

#### **5.1-) Poderes do Relator no juízo de admissibilidade do agravo de instrumento- artigo 557 do CPC**

No magistério de ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, "a evolução recente da legislação processual civil brasileira caminha decididamente para uma progressiva relativização do princípio da colegialidade no julgamento dos recursos, mediante ampliação dos poderes do relator, do que dá exemplo particularmente atual e notável o disposto na Lei 9.756/98. Para CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, "a crescente opção pela singularidade do julgamento em diversas situações representa uma legítima tentativa de inovar sistematicamente na luta contra a lentidão do julgamento nos tribunais. Sabe-se que o aumento do número de juizes não resolve o problema, como já não resolveu no passado remoto e próximo. É preciso inovar sistematicamente. O que fez a Reforma e o que agora vem a fazer a lei de 1998, representa uma escalada que vem da colegialidade quase absoluta e aponta para a singularização dos julgamentos nos tribunais, restrita a casos onde se prevê que os órgãos colegiados julgariam segundo critérios objetivos e temperada pela admissibilidade de agravo dirigido a eles. No pertinente aos requisitos de admissibilidade dos recursos (e, também, de quaisquer postulações apresentadas em juízo), uma primeira verificação sempre foi feita pelo

magistrado a quem compete recebê-los. Considerando satisfeitos tais pressupostos - tempestividade, interesse na revisão do decidido, preparo, adequação, regularidade da petição e, ainda, os pressupostos específicos de determinados pedidos - , dará o juiz seguimento ao recurso que, após o devido contraditório, passará ao julgamento do colegiado competente. Esse colegiado, antes do exame do mérito, pode e deve revisar a questão dos pressupostos processuais, pois não está vinculado pela decisão de admissibilidade adotada no juízo de origem.

Por motivos principalmente de ordem prática, no juízo recursal normas legais ou regimentais vieram a atribuir ao relator competência para liminarmente efetuar tal segunda perquisição, sem prejuízo de eventual reexame da matéria pelo colegiado, de ofício ou por provocação da parte interessada.

O art. 557, do CPC, com as modificações introduzidas pela Lei 9756/98, defere ao relator poderes para tal prévia triagem, estendendo-a inclusive ao mérito, e isso em qualquer pedido ou recurso, verbis:

*§ 1º. Poderá o relator arquivar ou negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente intempestivo, incabível ou improcedente e, ainda, quando contrariar a jurisprudência predominante do Tribunal ou for evidente sua incompetência ;*

*"§ 2º. Poderá ainda o relator, em caso de manifesta divergência com a Súmula, prover, desde logo, o recurso extraordinário."*

Como se verifica, embora inserida no Capítulo 'Da Ordem dos Processos no Tribunal', esta norma dizia respeito tão somente ao recurso de agravo (em sua modalidade 'por instrumento') e continha, como adverte alguns doutrinadores, manifestas impropriedades de redação, como a de denominar despacho um ato tão claramente decisório como o que indefere liminarmente um recurso. Além disso, não se convertia em diligência o próprio agravo; a rigor, sustava-se o julgamento do agravo para que, mediante diligência, fosse complementada sua instrumentação. Para SÉRGIO BERMUDEZ, a expressão manifestamente improcedente também deveria abranger os agravos manifestamente inadmissíveis: "Assim, agravo manifestamente improcedente será aquele cujas condições de admissibilidade não estejam configuradas, mas, também, aquele interposto de decisão que a jurisprudência tenha, reiteradamente, prestigiado, ou que se tenha limitado a aplicar dispositivo de lei" ('Coment. ao CPC', Ed. RT, 1975, v. VII, n.º 239). O Superior Tribunal de Justiça a fim de garantir a aplicação e a uniformidade de interpretação da lei federal, em seu Regimento Interno, assim passou a dispor sobre as atribuições do relator:

*"Art. 34. São atribuições do relator:*

*XVIII - negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente intempestivo, incabível, improcedente, contrário à súmula do Tribunal, ou quando for evidente a incompetência deste."*

O art. 557 do CPC e a Lei. 9.139/95 com o intuito de impedir que recursos descabidos ou repetitivos venham a aumentar ainda mais a enorme sobrecarga com que se defrontam os Tribunais - máxime nos Estados mais populosos, e também os Tribunais



Regionais Federais e os Tribunais Superiores, ampliou as atribuições dos relatores, passando o art. 557 à seguinte redação:

*"Art. 557 - O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou contrário à súmula do respectivo tribunal ou tribunal superior.*

*Parágrafo único. Da decisão denegatória caberá agravo, no prazo de cinco (5) dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso. Interposto o agravo a que se refere este parágrafo, o relator pedirá dia."*

Como vemos, foi notavelmente ampliada a competência atribuída ao relator em nível monocrático: não apenas "poderá", mas "deverá", examinar preliminarmente se concorrem os requisitos de admissibilidade de qualquer recurso, e não apenas dos agravos. É evidente, todavia, que tal atribuição não abrange os embargos de declaração, pois estes devem ser "apresentados em mesa na sessão subsequente (art. 537), e também não atinge os agravos internos, interpostos contra ato decisório do próprio relator.

O relator, além disso, passou legalmente (e não apenas regimentalmente) a poder examinar o próprio "mérito" do recurso, com o poder de "negar seguimento" ao recurso manifestamente improcedente, ou seja, quando o fundamento básico do recurso fosse claramente contrário: a) em matéria de fato, ao que inequivocamente decorre da prova dos autos; b) em matéria de direito, à boa doutrina revelada pelos jurisperitos e consagrada pelo consenso dos tribunais.

Com mais razão ainda (e a hipótese, ao fim e ao cabo, estaria subsumida na negativa de seguimento por "manifesta improcedência" da pretensão recursal), cabe ao relator negar seguimento ao recurso, quando a tese jurídica base da inconformidade, viesse a evidentemente contrariar Súmula do Tribunal de destino ou de Tribunal Superior (STF, STJ), a respeito da quaestio juris fundamental à solução da lide.

Por fim, é prevista a faculdade, implícita na de inadmissibilidade, de o relator negar seguimento ao recurso prejudicado, como, v. g., no caso do agravo de instrumento em que foi, no interregno, reconsiderada a decisão agravada, ou em cujo processo foi proferida sentença transitada em julgado.

Vale ainda sublinhar que o relator, em casos tais, não estará decidindo por delegação do colegiado a que pertence, mas sim exerce poder jurisdicional que lhe foi outorgado por lei. Não obstante, por razões principalmente de política judiciária, assecuratória da colegialidade das decisões em grau recursal, a lei processual prevê o direito de a parte reiterar o apelo perante o próprio colegiado, ou melhor, de a parte impugnar os fundamentos da decisão monocrática através de Agravo Regimental.

Entendendo o relator conveniente efetivar o julgamento singular - que naturalmente cumprirá a exigência constitucional de fundamentação adequada - , deverá fazê-lo tão logo receba os autos conclusos. Caso já tenha lançado relatório e remetido os autos ao revisor, ou pedido dia, "sua competência exauriu-se; não se lhe permite voltar atrás e aplicar o art. 557".

Em suma, passou a ser permitida a rejeição do recurso agravo, por decisão monocrática do relator, não só nos casos de contrariedade à súmula do respectivo

Tribunal (ou melhor, do Tribunal de destino, do Tribunal competente para o julgamento) ou de Tribunal superior (Tribunal em tese competente para conhecer de recursos em nível extraordinário), como igualmente quando o recurso, ou melhor, a tese jurídica que o fundamenta revelar-se contrária à jurisprudência dominante no Tribunal de Justiça ou de Alçada ou, destacadamente, no STF ou Tribunal superior outro (STJ, em sendo recorrida decisão da Justiça estadual ou federal; TST, em sendo recorrida decisão da Justiça laboral).

#### **5-2) Do agravo regimental , ou do agravo interno - art. 557, § 1º, do CPC**

Contra decisão do relator denegatória de seguimento ao recurso de agravo, caberá, como expresso na lei processual, agravo (impropriamente ainda nominado como regimental) dirigido ao colegiado com competência para apreciar o dito recurso.

Este recurso cuida-se, outrossim, de um agravo, muito embora a decisão impugnável (tal como igualmente ocorre, v. g., com a decisão do juiz que não recebe apelação) possa vir a pôr termo ao processo. A denominação de 'agravo interno', preconizada por J. E. CARREIRA ALVIM ('Novo Agravo', Del Rey, 2ª ed., p. 125, nota 3), lhe é muito mais adequada do que a de agravo de lei, adotada em alguns Tribunais, porquanto também os agravos por instrumento e retidos, como aliás todo e qualquer recurso propriamente dito, são instituídos por lei.

O agravo regimental deve ser manifestado no prazo de cinco dias, com pedido de efeito modificativo, ao Relator da decisão agravada; caso este não modifique a decisão proferida, enviará os autos para a Turma ou Sessão Colegiada.

Os argumentos da petição recursal devem impugnar direta e especificamente os fundamentos da decisão agravada, cabendo inclusive argüir que o caso concreto não admitiria a decisão singular; não basta à parte, simplesmente, repetir a fundamentação do recurso 'anterior'.

O tema será objeto de análise pela Câmara ou Turma, ocasião em que o relator poderá, com inteira liberdade, confirmar a orientação já antes manifestada ou, diante de novos argumentos ou de melhor exame, reformulá-la. Em suma, o processo prosseguirá como se não houvera ocorrido o julgamento pelo relator.

#### **5.3) Juízo de retratação**

O juízo de retratação ou reconsideração é um instituto que sempre existiu em seara de Agravo de Instrumento. Consiste o instituto em permitir que o juiz volte ao status quo ante, reformando a decisão anteriormente por ele prolatada. Isso a doutrina de peso chama de efeito regressivo, pois que o prolator da decisão regride ao estado anterior.

Pela sistemática anterior, após a formação do agravo e manifestação do agravado, o juiz reexaminava a decisão prolatada e reformava ou não. É a interpretação que exsurge dos §§ 3º e 4º do art. 527 do CPC, hoje revogado.

Pela atual sistemática imposta pela Lei 9.139, de 30.11.1995, o juízo de retratação ou de reconsideração permaneceu íntegro, embora com outra roupagem. Foi criado o juízo de retratação ou consideração também no Agravo Retido, mesmo apresentado de forma verbal, até então inexistente. "Interposto o agravo (retido), o juiz

poderá reformar sua decisão, após ouvida a parte contrária, em 5 (cinco) dias" (§ 2º do art. 523, conferido pela Lei. 9.139/95). E em seara de Agravo de Instrumento, apesar de o agravo ser interposto diretamente no Tribunal, o juízo de retratação ou reconsideração poderá ser exercido desde que o Agravante, no prazo de 3 (três) dias, junte aos autos do processo cópia da petição do agravo e do comprovante de sua interposição tempestiva, além da cópia dos documentos anexados ao mesmo. O juízo de retratação será requerido através de petição, que tem o escopo de requerer a juntada do agravo aos autos do processo.

Recebida a petição com a cópia do agravo, do comprovante de sua interposição e dos documentos, o juiz poderá reconsiderar a sua decisão e retratar-se. Em objetivando à retratação, deverá comunicar ao tribunal, caso em que o Agravo que tramita perante a Corte restará sem objeto. É o que se depreende da leitura do artigo 529 do CPC com enunciado posto pela Lei 9.139/95: "Se o juiz comunicar que reformou inteiramente a decisão, o relator considerará prejudicado o agravo".

No campo trabalhista, interposto o Agravo de Instrumento diretamente no TRT, com o afã de destrancar Recurso Ordinário, o agravante requererá, dentro de 3 (três) dias, seja juntado aos autos cópia da petição do agravo, do comprovante de sua interposição e dos documentos anexados ao mesmo. O presidente da Junta, ao recebê-lo, reexaminará o despacho trancatório, e exercerá ou não o juízo de retratação ou reconsideração. Se exercer, e este ato deve ser objetivado antes do julgamento do agravo pela turma do TRT, pois se posterior restará prejudicado, comunicará o relator do processo através de ofício.

Este é o momento no qual o Juiz de 1º grau poderá rever a sua decisão (decisão agravada). Caso entenda pela revogação, considera a lei que o agravo encontra-se prejudicado (art. 529 do CPC). O Juízo de retratação, caso ocorra, se dará quando da comunicação feita pela parte agravante ao Juiz de 1º grau, comunicando a interposição do recurso de agravo. Ou quando, o Relator oficia-lo solicitando informações sobre a decisão agravada.

#### **5.5-) Do julgamento do agravo**

Haverá a inclusão do agravo em pauta, para ciência e comparecimento dos advogados, não haverá sustentação oral, poderão estes apresentar memoriais ou levantar questões de ordem na ocasião do julgamento. Da apresentação do agravo a Turma, ou Câmara, o Relator proferirá o seu voto, que será seguido pelos demais membros.

No julgamento do agravo, perante o colegiado, poderá se conhecer do agravo, dando-o, ou negando-o provimento. Fique claro, todavia, que a decisão colegiada substitui processualmente a decisão monocrática.

Caso o colegiado conheça do agravo, e ao mesmo lhe der provimento, a ação principal, da qual se originou o presente agravo, continuará o seu seguimento.

#### **6-) Processamento do Agravo de Instrumento no Processo Trabalhista**

No Processo Trabalhista, o assunto é tratado através do art. 897 da CLT, que obtempera: "Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: a) de petição, das decisões do Juiz

ou Presidente, nas execuções; b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos" (grifamos).

Portanto, pela sistemática processual trabalhista, existe duas espécies de Agravo: o de Instrumento e o de Petição interposto nas Execuções.

No que pertine ao Agravo de Instrumento, em face ao Princípio da Concentração dos Recursos, também chamado de Princípio da Irrecorribilidade das Decisões Interlocutórias, das decisões interlocutórias não cabe qualquer Recurso, salvo se terminarem o feito sob os auspícios da Justiça do Trabalho. De conseguinte, o único escopo do Agravo de Instrumento no Processo Trabalhista é destrancar recurso denegado por juiz ou Tribunal.

Ampliando a seara de considerações, põe em realce que, quando prolatada a sentença no processo trabalhista, o sucumbente inconformado dispõe do Recurso Ordinário como *remedium juris* para tentar reformá-la. Entrementes, se não observar todos os pressupostos recursais de admissibilidade, extrínsecos e intrínsecos, objetivos ou subjetivos, o Presidente da Vara Trabalhista, ao exercer o primeiro Juízo de admissibilidade, que é de cognição incompleta, pode trancar esse recurso, o que equivale a negar seguimento, inadmitir, rejeitar ou não conhecê-lo. Em caso de trancamento do Recurso, a parte poderá utilizar-se do Recurso de Agravo de Instrumento, objetivando destrancá-lo.

Logo, o Recurso de Agravo de Instrumento, previsto no art. 522 do CPC e no art. 897, alínea b, da CLT, na Justiça do Trabalho é o meio utilizado para impugnar o despacho que nega seguimento a qualquer recurso.

#### **6.1-) Prazo para interposição**

Na sistemática processual trabalhista, o prazo permanece o mesmo, ou seja, 8 (oito) dias, da intimação do despacho trancatório do recurso, já que, nessa parte, o novo CPC em nada influenciou o Processo Trabalhista em virtude de inexistência de lacuna na CLT quanto a esse *punctum pruriens* (CLT, art. 897).

No Agravo de Instrumento, quer seja no Processo Civil, quer seja no Trabalhista, isso não ocorre. O que se devolve à instância superior é, em caso do Processo Civil, a decisão interlocutória ou o despacho trancatório da apelação. No Processo Trabalhista, apenas o despacho denegatório do seguimento do Recurso, ou seja, o despacho que não permitiu que o Recurso subisse ao Tribunal.

Com efeito, no Processo Civil, a matéria devolvida se limita à decisão interlocutória impugnada ou à decisão trancatória do recurso. Por outro lado, no Processo Trabalhista, a matéria devolvida é restrita, circunscrita e limitada ao despacho denegatório do seguimento do Recurso. Consequentemente, ao receber o Agravo, ao juízo ad quem só caberá examinar o despacho denegatório do Recurso, decidindo se tal despacho foi proferido *ex vi legis* ou *contra legis*, haja vista que este nunca adentra na matéria de fundo do recurso trancado.

#### **6.2-) Competência**

O Agravo de Instrumento deve ser endereçado ao Juiz Presidente da Vara Trabalhista, e apresentado no cartório desta, sendo remetido a instância superior, no caso os TRT's ou o TST.

Na instância superior, será apreciado e julgado pela Turma, consoante se depreende da leitura dos artigos 678, II, b, c/c art. 897, § 4º, da CLT, *ipsis verbis*:

*"Aos Tribunais Regionais, quando divididos em Turmas, compete:*

*...*

*II - As Turmas:*

*b) julgar os agravos... e de instrumento, estes de decisões denegatórias de recursos de sua alçada" (CLT, art. 678, II, b).*

*"Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias:*

*...*

*b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos.*

*...*

*§ 4º. Na hipótese da alínea b desse artigos, o agravo será julgado pelo Tribunal que seria competente para conhecer o recurso cuja interposição foi denegada" (CLT art. 897, b, § 4º, da CLT).*

No Processo Trabalhista, se o Tribunal for daqueles não-divididos, ou seja, se a sua composição não tiver mais de uma turma, como sói ocorrer no momento, com alguns Tribunais como os da Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, a competência para apreciar e julgar o Agravo será do Plenário.

Outrossim, em se tratando de Agravo de Instrumento interposto para o TST no afã de destrancar Revista, a competência para apreciar e julgar será de uma das Turmas do TST, consoante giza o art. 33 do RITST.

Demais disso, em caso de Agravo de Instrumento interposto para destrancamento de Recurso Extraordinário, que teve o seu seguimento denegado pelo TST, este será interposto diretamente no Supremo Tribunal Federal (artigo 524 do CPC com enunciado conferido pela Lei 9.139/95) e será apreciado e julgado por uma das turmas daquela Corte Superior *ex vi* do art. 10 do RISTF.

#### **7-) Agravo para destrancar recursos para os Tribunais Superiores**

O Agravo para destrancar Recurso Especial, ou de Revista, terão como peças necessárias: cópia do acórdão recorrido; da petição de interposição do recurso denegado; das contra-razões; da decisão agravada; da certidão da respectiva intimação; e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado (§ 1º do art. 544 do CPC).

O § 4º do disposto no parágrafo anterior aplica-se também ao agravo de instrumento contra denegação de recurso extraordinário, salvo quando, na mesma causa, houver recurso especial admitido e que deva ser julgado em primeiro lugar.

O rito do agravo de instrumento nos Tribunais Superiores - no alusivo ao processamento desta modalidade de recurso, os Regimentos Internos das Cortes superiores não foram ainda adaptados à nova sistemática legal; assim, pela manifesta urgência em disciplinar a matéria e diante da perplexidade surgida nos meios forenses no alusivo a qual seria o juízo de apresentação do agravo, inclinaram-se o STF e o STJ, por seus Presidentes, em simplesmente editar, "ouvido o plenário", as 'Resoluções' n. 140, de 01.02.1996 - do STF, e n. 1, de 31.01.1996 do STJ (com eficácia, pois, de atípicos 'assentos regimentais!'). Por estas Resoluções, claramente fundadas em relevantes e compreensíveis motivos de ordem pragmática (não obstante em desarmonia com a sistemática do art. 524), foi determinada a apresentação das petições de AI à Presidência dos tribunais de origem ( ou também, como implícito, à Vice-Presidência competente para o recebimento do RE ou do REsp, conforme refere o art. 541, caput), processando-se o agravo, com a resposta do agravado, na instância de origem, para posterior remessa à Corte superior.

Das situações possíveis quando do julgamento do agravo de instrumento - Tendo em vista o teor do art. 544 e parágrafos, o Min. Rel. do Agravo de Instrumento perante o STF ou o STJ irá optar, fundamentando sua decisão - art. 93, IX da CF e tendo em vista as circunstâncias de cada caso concreto, por uma das seguintes alternativas:

A - não conhecer do AI, quando ausente pressuposto genérico de admissibilidade (v.g., preparo, tempestividade) ou pressuposto específico do RE ou do REsp, tais como o adequado prequestionamento das quaestiones juris objeto do recurso, e a apresentação de todas as peças processuais previstas no art. 544, § 1º ( em posição, data venia, de exacerbado formalismo - e pois de encontro aos melhores postulados do moderno processo civil, exige-se ainda certidão comprobatória da tempestividade do próprio RE ou REsp, e que as peças estejam todas autenticadas, mesmo que sobre a tempestividade ou a autenticidade dúvida alguma haja sido suscitada...);

B - conhecer do agravo, mas negar-lhe provimento, quando o relator considerar de todo correta a decisão agravada, que deixara de admitir o recurso por não configurados os respectivos pressupostos constitucionais de cabimento;

C - conhecer do agravo e dar-lhe provimento, mandando suba o RE ou o REsp ao respectivo tribunal de destino, caso as razões do agravante levem ao relator razoável dúvida sobre a exatidão dos fundamentos da decisão agravada, ou até o conduzam à convicção de que o prolator de tal decisão se equivocara; nestes casos, é usual a utilização, pelos relatores, da expressão subam para melhor exame, que apresenta a vantagem de excluir qualquer prejulgamento sobre os temas controvertidos;

D - conhecer do agravo e, provendo-o, determinar sua conversão em recurso extraordinário ou recurso especial, que deverá ser devidamente processado, isso se o instrumento já contiver todos os elementos necessários ao julgamento do mérito; buscase, com este expediente de técnica processual, a celeridade no julgamento da irresignação, evitando-se as delongas (e despesas) decorrentes da remessa postal dos autos até o tribunal;

E - conhecer do agravo para, convertendo-o, dar de imediato provimento ao próprio recurso extraordinário ou especial, quando entenda o relator que o acórdão

recorrido manifestamente contrariou súmula ou jurisprudência dominante, respectivamente, no STF ou no STJ.

Cuida-se de inovação de notável alcance doutrinário e prático, em harmonia com a sistemática do art. 557, § 1º-A e que vem sendo bastante utilizada nas causas 'repetitivas', como paliativo ao agigantamento das pautas dos tribunais superiores. Tem como pressuposto, tal como no inciso anterior, que o instrumento contenha todos os elementos indispensáveis ao julgamento do mérito.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi analisado em rápido bosquejo, cumpre concluir, frisando:

Na sistemática anterior que regia o agravo de instrumento, tanto no Processo Civil quanto no Trabalhista, o juízo de admissibilidade era exercido unicamente pelo juízo superior, já que o juízo inferior em hipótese alguma podia negar seguimento ao Agravo, mesmo apresentado a destempo. No particular, ressalte-se que o juízo inferior era considerado mero juízo de processamento e encaminhamento do Recurso de Agravo. A análise dos pressupostos recursais e do mérito do Agravo ficava circunscrito ao Juízo ad quem de cognição completa, que poderia, em caso de apresentação inoportuno tempore do agravo, ou em caso de não-pagamento de custas, não conhecer do mesmo, deixando de avaliar o mérito, qual seria o de observar se a decisão interlocutória ou o despacho trancatório do recurso estava ou não em desacordo com a lei.

Em seara de Processo Civil, o agravo de instrumento pode ser interposto tanto de decisões interlocutórias quando de despacho denegatório de recurso.

Já no Processo Trabalhista, o agravo de instrumento é remédio recursal utilizado exclusivamente para impugnar despacho denegatório de recurso.

O prazo para a interposição no Processo Civil tanto do agravo retido quanto do agravo de instrumento de decisão interlocutória é de 10 (dez) dias. A outro turno, no Processo Trabalhista, o prazo para a interposição de agravo de instrumento continua sendo de 8 (oito) dias.

Hoje, tanto no Processo Civil quanto no Trabalhista, o agravo de instrumento deve ser apresentado diretamente no tribunal, ou em qualquer agência dos correios, ou até por fac-símile, desde que tempestivamente.

A petição de agravo há de conter a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma da decisão e o nome e endereço completo dos advogados.

Deverá vir acompanhada da cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. Se o agravo for para dar seguimento a recurso de natureza extraordinária, outras peças consideradas essenciais deverão também ser trasladadas.

Recebido o agravo de instrumento, tanto no Processo Civil quanto no Trabalhista, o relator poderá pedir informações ao juiz, e intimará o agravado através de

ofício postado no correio, com aviso de recebimento, para que em igual prazo apresente as contra-razões ao agravo indicando peças a serem trasladadas.

A Lei 9.139/95 manteve o instituto do juízo de reconsideração ou retratação em campo de agravo de instrumento, e criou esse instituto desta feita em seara de agravo retido.

A Lei 9.139, de 30.11.1995, não alterou consideravelmente a questão da competência para apreciar e julgar o Recurso de Agravo de Instrumento. Alterou, sim, a questão do endereçamento que antes era no juízo de primeiro grau e hoje é diretamente no Tribunal. Demais disso, o Agravo de Instrumento para destrancar o Recurso Extraordinário, que tinha petição dirigida ao TST, hoje é dirigido diretamente ao Supremo Tribunal Federal. Mudança radical e imprescindível que merece ser aplaudida, pois que acelera sobremaneira o rito do processo e evita o trancamento do Agravo por alguns juízes despóticos, além de que evita também o constrangimento que as partes tinham perante os cartórios e secretarias dos juízos inferiores, sempre abarrotados de processos, que permaneciam aguardando a subida de um Agravo de Instrumento por meses e até anos.

A Lei 9.139/95, e suas alterações no parágrafo único do art. 557 corrigiu anteriores impropriedades. Assim, a expressão despacho, constante do texto antigo, foi modificada para decisão, eis que evidentemente o conteúdo do provimento judicial ultrapassa o de mero ato ordinatório do processo. O antigo recurso (inominado) mereceu a correta denominação de agravo (no caso, agravo interno). Foi fixado em lei (e não mais apenas nos regimentos dos tribunais) o prazo de cinco dias para o recurso ao colegiado.

## PROVA E VERDADE

Giuseppe Maria Lima (\*)

Ao propor uma lide a parte procura, em última instância, a satisfação de seus direitos subjetivos, os quais se originam de fatos.

Nesse diapasão, enquanto o autor apresenta a tese procurando justificar sua pretensão, o réu oferece a antítese, para rebater as alegações da autora.

Por sua vez, do exame dos fatos e de sua adequação ao direito objetivo, o juiz extrairá a solução do litígio que será revelada na sentença.

Segundo Humberto Theodoro Júnior, o “*processo de conhecimento tem como objeto as provas dos fatos alegados pelos litigantes, de cuja apreciação o juiz deverá definir a solução jurídica para o litígio estabelecido entre as partes*”.

De sorte, às partes não basta simplesmente alegar os fatos. “*Para que a sentença declare o direito, isto é, para que a relação de direito litigiosa fique*